PESSOAL DE OBRAS — ADMINISTRAÇÃO CENTRALIZADA OU DESCENTRALIZADA

— *Aplica-se a Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, ao pessoal de obras temporário ou contratado, da administração centralizada ou descentralizada.*

— *Interpretação do art. 104 da Constituição de 1967.*

— *Idem, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.*

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PROCESSO P. R. nº 10.388/67

Presidência da República. Consultoria-Geral da República E.M. nº 586-H, de 25 de outubro de 1967. — “Aprovo. Em 16 de novembro de 1967” — (Enc. ao M.P. C.G., em 20 de novembro de 1967).

*

PARECER

Volta ao exame desta Consultoria-Geral o problema relativo à aplicabilidade da Lei nº 4.090, de 1962 — que instituiu o 13º salário — ao pessoal temporário e de obras, da administração centralizada a das autarquias, sujeito ao regime previsto na Consolidação das Leis do Trabalho.

2. A matéria foi objeto do Parecer nº 105-H, de 11 de novembro de 1964, o qual concluiu:

“7. No tocante ao pessoal temporário e de obras, da administração centralizada e das autarquias, sujeito ao regime de emprego previsto na Consolidação das Leis do Trabalho, parece-me também não ser difícil a solução. A eles se não aplica a mencionada Lei nº 4.090. Submetidos, embora, ao regime de emprego da Consolidação das Leis do Trabalho, regula-nos,

entretanto, a forma estabelecida na Lei nº 1.890, de 13 de julho de 1953. Esta prevê expressa e taxativamente, quais os artigos da Consolidação aplicável aos servidores em aprêço. O regime de emprego que se lhes aplica é o da legislação trabalhista, dentro porém, dos limites fixados na Lei nº 1.890-53. Assim, como foi necessária medida legislativa para se aplicarem aos servidores em causa, tais e quais artigos da Consolidação, assim, também, para que lhes aproveitasse a vantagem da Lei nº 4.090, era preciso disposição expressa, o que entretanto, não ocorreu”.

3. O Poder Judiciário não adotou a tese desse Parecer e, reiteradamente, o Egrégio Tribunal Superior do Trabalho tem decidido pela aplicabilidade da Lei número 4.090 ao pessoal temporário e de obras, da administração centralizada ou autárquica, sujeito ao regime da C.L.T.

4. Tais decisões do Tribunal Superior do Trabalho constituem jurisprudência do Poder Judiciário que, consoante norma adotada por esta Consultoria, deve ser respeitada e considerada, quando mais não seja por questão de economia processual. Não se tratando, *in casu*, de matéria constitu-

cional, o Egrégio Tribunal Superior do Trabalho constitui *instância definitiva*, como bem acentua em seu douto parecer o Prof. Moacir Velloso Cardoso de Oliveira.

5. De conseguinte, parece, se impõe a revisão do mencionado Parecer 105-H, adotando-se a jurisprudência do Poder Judiciário que manda aplicar a Lei n° 4.090 — 13° salário ao pessoal temporário e de obras, servidores da Administração centralizada ou descentralizada.

6. Outras razões, ainda, militam em favor dessa revisão. Com efeito, a Constituição federal em vigor, no seu artigo 104, estatui *verbis*:

“Art. 104 — Aplica-se a legislação trabalhista aos servidores admitidos temporariamente para obras ou contratados para funções de natureza técnica ou especializada”.

7. A Carta Magna manda aplicar a legislação trabalhista sem qualquer restrição. Em consequência, modificou o quadro legal vigente à época de tantas vezes aludidos Parecer 105-H. Também, o Decreto-Lei n° 200, de fevereiro último — Reforma Administrativa — nos seus artigos: 96, 124, 182, e 188, dirime qualquer divergência antes existente, isto é a legislação trabalhista é aplicada ao pessoal temporário, de obras e contratado, sem restrições, salvo as que constem de própria Consolidação das Leis do Trabalho, como, por exemplo, o direito à sindicalização.

8. Parece oportuno reconhecer que essa solução do problema põe o funcionário — sujeito ao regime estatutário — em desvantagem, comparando-o ao servidor regido pelas leis trabalhistas. Quebrou-se o princípio vigorante desde a Lei n° 3.780, de 1960 — Lei de Classificação de Cargos — segundo o qual os salários do pessoal temporário ou de obras deveriam “enquadrar-se dentro das condições regionais do mercado de trabalho” (Lei n° 3.780, artigo 24, § 1°);

“não podendo eles exceder o vencimento-base do nível (funcionário) correspondente à classe de encargos e obrigações semelhantes ou equivalentes.” (§ 2°.)

9. Presentemente, o salário do servidor regido pela C.L.T. — ao qual se estendeu o direito ao 13° salário — em verdade, está acrescido, mês a mês, de 1/12 sobre o “quantum” correspondente ao vencimento-base de seu colega funcionário sujeito ao regime estatutário! Enquanto esse recebe, apenas, 12 vencimentos em um ano, aquele recebe 13 salários no mesmo período. Essa situação parece encerrar grave injustiça, de modo que entendo de bom alvitre sejam tomadas as medidas cabíveis para corrigi-la.

Sub censura.

Brasília, 25 de outubro de 1967. —
Adroaldo Mesquita de Costa, Consultor-Geral da República.